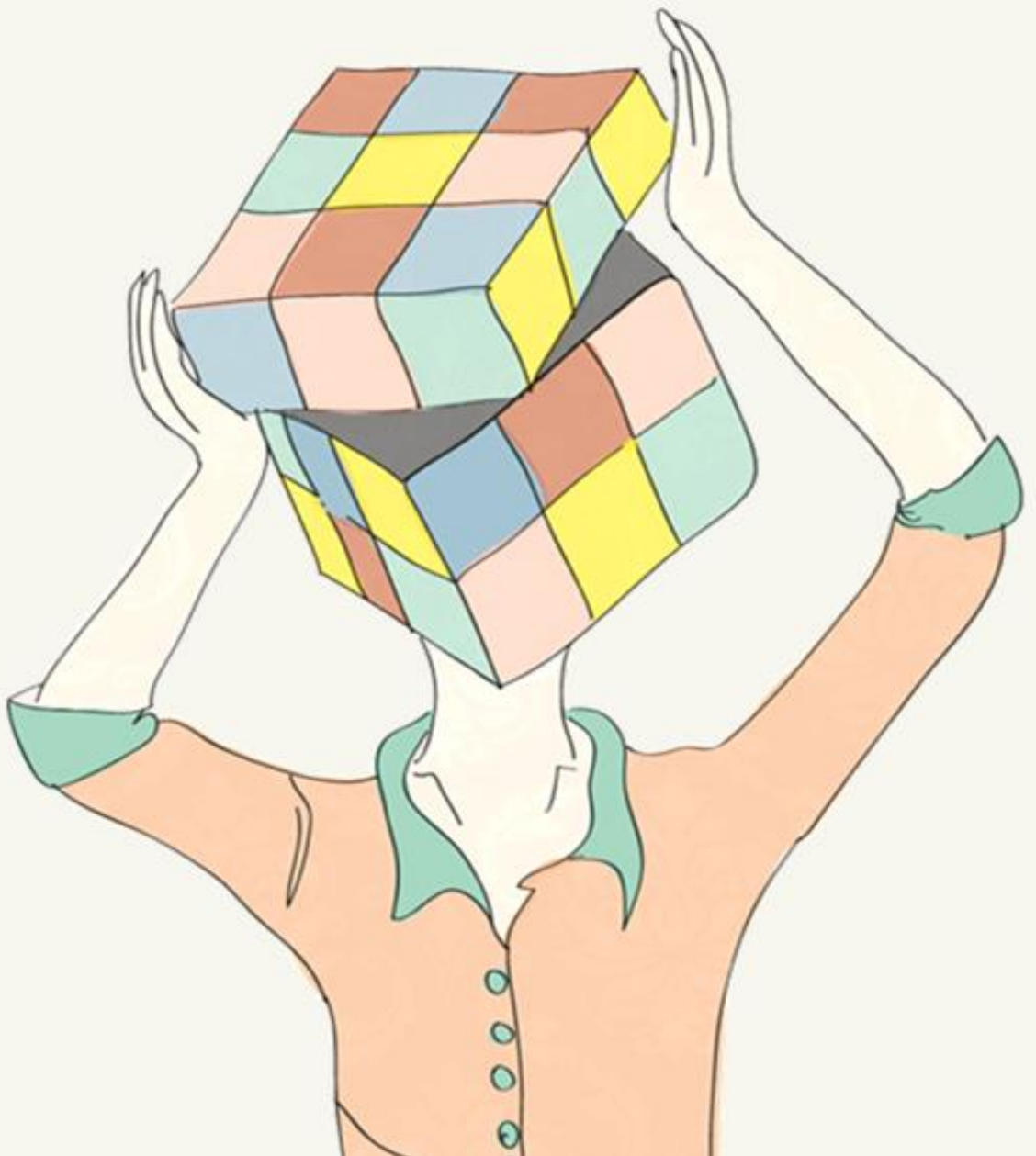


A. W. Pink

# *A Infinita Sabedoria de Deus Demonstrada na Salvação dos Pecadores*



# **A INFINITA SABEDORIA DE DEUS DEMONSTRADA NA SALVAÇÃO DOS PECADORES**

---

A. W. PINK

---

---

Traduzido do original em Inglês  
*The Total Depravity of Man*  
By A. W. Pink

A presente tradução consiste somente na Capítulo 13, *Remedy*, da obra supracitada

Via: [EternalLifeMinistries.org](http://EternalLifeMinistries.org)

Tradução por Camila Almeida  
Revisão e Capa por William Teixeira

1ª Edição: Março de 2015

Salvo indicação em contrário, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Almeida Corrigida Fiel | ACF • Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011 Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

---

Traduzido e publicado em Português pelo website [oEstandarteDeCristo.com](http://oEstandarteDeCristo.com), com a devida permissão do Ministério *Eternal Life Ministries* ([EternalLifeMinistries.org](http://EternalLifeMinistries.org)) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License.

Você está autorizado e incentivado a reproduzir e/ou distribuir este material em qualquer formato, desde que informe o autor, as fontes originais e o tradutor, e que também não altere o seu conteúdo nem o utilize para quaisquer fins comerciais.

---

# **A Infinita Sabedoria De Deus**

## **Demonstrada Na Salvação Dos Pecadores**

Por Arthur Walkington Pink

### **Parte 1**

Talvez alguns de nossos leitores mais jovens e mais impacientes estejam inclinados a objetar: “Por que dedicar um capítulo especial para isso? Nós já sabemos tudo sobre isso: o remédio para o homem arruinado encontra-se na salvação de Deus”. Mas isso é uma visão muito superficial a tomar, e uma visão injusta também; pois a maior e mais grandiosa de todas as obras maravilhosas de Deus nunca deve ser falada de forma tão banal e desprezada tão superficialmente. Além disso, a questão está muito longe de ser tão simples quanto isso, e uma vez que há essa ignorância generalizada sobre a doença em si, é necessário examinar de perto e entrar em alguns detalhes sobre a descrição da cura para a mesma. O fato precisa ser profundamente percebido desde o início para toda perspicácia natural, que a condição do homem natural e caído está além do reparo, de forma que enquanto a autoajuda ou habilidade humana é considerada, o seu caso é sem esperança. Sim, nenhum outro além do próprio Filho de Deus declarou: “Aos homens isso é impossível” (Mateus 19:26), e isto é apenas como nós percebemos, em alguma mínima extensão, os vários aspectos em que essa impossibilidade baseia-se, para que possamos começar a apreciar o milagre da graça que assegura a recuperação dos pecadores perdidos.

A doença mortal que se apoderou do homem não é algo simples, mas complexo, não consistindo de um único elemento, mas de uma combinação destes, cada um dos quais é fatal em si mesmo. Olhem para alguns deles. A própria natureza do homem é totalmente corrompida, mas ele não é sensato, e nem fica horrorizado por causa disso. O pecado não é apenas parte integrante do seu ser, mas ele é profundamente apaixonado por ele. Ele está cheio de inimizade contra Deus, e seu coração é tão duro quanto uma pedra. Ele está totalmente paralisado para ir a Deus, e completamente sob o domínio e influência de Satanás. Ele não somente está desprovido de justiça, mas é um pecador culpado sem uma centelha de santidade, um leproso moral. Ele é completamente incapaz de ajudar a si mesmo, pois ele está “fraco” (Romanos 5:6). A ira de Deus permanece sobre ele, e ele está morto em delitos e pecados. O homem caído não está apenas em perigo de ruína e destruição, mas já está afundado na mesma. Ele é como um tição próximo de um fogo intenso, que rapidamente será consumido a menos que a mão Divina o arranque dali (Zacarias 3:2). Sua condição não é apenas infeliz, mas desesperada, na medida em que ele é totalmente incapaz de conceber qualquer expediente para a sua cura.

O pecador é culpado, e nenhuma criatura pode fazer expiação por ele. Ele é um pária de Deus, aterrorizado por Suas próprias perfeições, e, portanto, faz o possível para baní-lo de seus pensamentos. Nenhuma língua pode expressar ou coração é adequadamente afetado com a situação lamentável e abjeta miséria do homem natural. E tal será o seu caso para sempre a menos que Deus intervenha. No entanto, tudo isso representa apenas um lado do problema — e o menos ruim — isto é, que mesmo assim ele permanecer no caminho onde o homem ainda pode ser recuperado. Para a inteligência finita pareceria que uma criatura tão vil e contaminada, tão desobediente e rebelde, tão desagradável à justa maldição da Lei, está além de toda esperança, e que não seria incompatível à honra Divina salvar tal verme. Como um transgressor pode ser perdoado de forma coerente com os requisitos daquela Lei que ele desprezou e ignorou, e ser liberto da penalidade que ela justamente demanda, e como ele poderia ser recuperado até o favor de Deus em concórdia com a manutenção do governo Divino, apresentou-se uma dificuldade que nenhuma sabedoria angelical poderia resolver. Este foi um segredo escondido em Deus até que Ele teve o prazer de fazê-lo conhecido.

Há aqueles, sem consideração com a Palavra da verdade, que supõem ao fato de que Deus deve perdoar e receber em favor aqueles que renunciam às armas de sua rebelião contra Ele e pedem misericórdia. Mas a solução para o problema está longe de ser tão simples quanto uma questão como esta. Encontrando essas pessoas em seu próprio terreno, deve ser salientado que a razão humana não pode promover nenhum argumento válido e suficiente pelo qual Deus deveria perdoar o pecador somente porque ele se arrepende, ou que isso poderia ser feito de forma consistente com o Seu governo moral. Em vez disso, o contrário é evidente. A contrição de um criminoso não o exonerará em um tribunal humano de direito, pois isso não oferece nenhuma satisfação e reparação por seus crimes. Qualquer pecador que acalenta a ideia de que seu arrependimento lhe oferece uma reivindicação de clemência e favor Divinos demonstra que ele é um estranho ao verdadeiro arrependimento; e nunca se arrependerá até que ele abandone tal presunção. A experiência e observação universais, bem como a Escritura, atestam plenamente o fato de que nenhum dos homens jamais se arrepende enquanto é deixado a si mesmo, e não são feitos os sujeitos daquelas operações Divinas para as quais eles não têm nenhuma reivindicação, e que a mera razão é incapaz de concluir que Deus lhes concederá.

Que um adequado remédio para a doença complexa e fatal pela qual o homem está atingido deve ser de Deus é muito óbvio; é necessário que seja da Sua concepção, Sua providência, Sua aplicação, Sua realização eficaz do mesmo. Isso é apenas outra maneira de dizer que isso deve ser inteiramente dEle do início ao fim, pois se qualquer parte disso for deixado para o pecador, em qualquer fase, a falha é certa. Ainda assim, é necessário ser destacado mais uma vez que Deus não tinha obrigação alguma de efetuar tal disposição, pois quando

o homem deliberadamente apostatou dEle, perdeu toda recompensa favorável do seu Criador. Não somente Deus poderia agora justamente infligir a pena total de Sua Lei violada sobre toda a raça humana, mas, de acordo com a Sua santa natureza, Ele poderia ter deixado toda a humanidade perecer eternamente naquela condenação em que eles mesmos haviam se lançado. Se Ele inteiramente abandonasse toda a posteridade do apóstata Adão e os deixasse como os anjos irremediavelmente caídos, isso não teria qualquer repercussão sobre a Sua bondade, mas sim uma demonstração de Sua inexorável justiça. Portanto, sempre que a redenção é mencionada, ela é constantemente descrita como procedente da graça soberana e pura misericórdia (Efésios 1:3-11).

No entanto, algo mais do que um desígnio gracioso foi exigido da parte de Deus a fim de que qualquer pecador fosse salvo. A graça é de fato a fonte disso, ainda assim, ela não foi suficiente em si mesma. Alguém pode ser preenchido com as intenções mais amáveis, mas ser incapaz de realizá-las. Quão frequentemente o terno amor de uma mãe impotente está na presença de seu filho em sofrimento! Deve haver também a aplicação de poder Divino se o propósito da graça deve ser cumprido. E não qualquer poder ordinário, mas, como a Escritura afirma: “a sobreexcelente grandeza do seu poder sobre nós, os que cremos, segundo a operação da força do seu poder” (Efésios 1:19). Demanda o exercício de muito mais força para recriar uma criatura caída do que é demandado para criar o universo a partir do nada. Por que isso? Porque nisto não havia oposição, nada para resistir à Sua obra; enquanto no caso do homem caído, há a hostilidade de sua vontade, a alienação de seu coração, a inimizade inveterada de sua mente carnal a serem superadas. Além disso, há a malícia e a oposição de Satanás a serem neutralizadas, pois ele se esforça com todas as suas forças para manter o seu domínio sobre suas vítimas. O Diabo deve ser despojado da vantagem que ele tinha obtido, pois não é consistente com a glória de Deus, que lhe seja permitido triunfar em seu sucesso.

Porém, algo mais do que o exercício do poder de Deus ainda era necessário: a onisciência deve ser exercida, bem como onipotência. A força em si mesma não construirá uma casa: deve haver também a arte de planejar e harmonizar os materiais. A habilidade é o principal requisito de um arquiteto. Permitam fracamente ilustrar o que procuramos expressar aqui. Aqueles que são salvos não são apenas os produtos da maravilhosa graça de Deus e poder onipotente, mas eles também são “feitura Sua” (Efésios 2:10). Maravilhosamente a sabedoria de Deus aparece no belo tecido de Sua graça, no templo espiritual que Ele ergue para a Sua própria morada. Ele “para isto mesmo nos preparou” (2 Coríntios 5:5); como as pedras são esculpidas e polidas, assim os crentes são “pedras vivas” nesse edifício em que Deus habitará para sempre. Ora, o que é excelente na execução serve para fazer manifesta a excelente habilidade no planejamento da mesma. A contrapartida da Lei de Deus nos corações dos Seus filhos vivificados não é menos o fruto de Sua sabedoria do que ela escrita

em tábuas de pedra: sabedoria na primeira formação disso, sabedoria também na impressão dela sobre a compreensão e as afeições.

Não é nem nas maravilhas da criação, nem nos mistérios da providência que as profundidades e riquezas da sabedoria de Deus devem ser encontradas: antes, é no plano e frutos da redenção que elas são mais plena e ilustrativamente reveladas. Isso fica claro a partir de várias Escrituras. É no Mediador Deus-Homem “em quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência” (Colossenses 2:3): Sim, Ele é expressamente denominado “sabedoria de Deus” (1 Coríntios 1:24). Aos “principados e potestades nos céus” agora está sendo manifesta, por meios, “pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus” (Efésios 3:10). A elaboração de um método pelo qual uma parte da humanidade deve ser resgatada de sua condição miserável é de fato a obra-prima da sabedoria Divina: nada, senão a própria onisciência poderia ter encontrado uma maneira de efetuar tal triunfo de uma forma adequada para todas as perfeições Divinas. Os sábios deste mundo são chamados de “príncipes” (1 Coríntios 2:6, 8), mas os anjos são designados “principados e potestades nos lugares celestiais”, por causa de sua dignidade, sabedoria e força superiores. No entanto, apesar de serem tão grandes em inteligência, sempre contemplando a face do Pai, ainda assim, uma nova e grandiosa descoberta da sabedoria de Deus é feita a eles por meio da Igreja, pois a Sua obra na redenção dela transcende em muito a compreensão natural deles.

As hierarquias celestes testemunharam a desonra que havia sido feito à autoridade de Deus e a discórdia trazida para a esfera de Seu governo pelo pecado e rebelião de Adão. Era, portanto, necessário, moralmente falando, que esse desafio ao governo de Deus fosse tratado, e que essa afronta ao Seu trono fosse corrigida. Isso não poderia ser feito a não ser pela imposição daquela punição que na regra inalterável e padrão de justiça Divina era devida para isso. A tolerância do pecado em quaisquer outros termos deixaria o governo de Deus em indizível desonra e confusão. “Porque, onde está a justiça do governo se o maior pecado e provocação que a nossa natureza era capaz de praticar, e que trouxe confusão sobre toda a criação, ficasse para sempre impune? A primeira intimação expressa que Deus deu de Sua justiça no governo da humanidade foi a Sua ameaçadora punição equivalente ao demérito da desobediência em que o homem poderia cair: ‘no dia em que dela comeres, certamente morrerás’ [Gênesis 2:17]. Se Ele revogasse e invalidasse esta sentença, como a glória de Sua justiça no governo de tudo será conhecida? Mas como essa punição deveria ser sofrida, a qual consistia na ruína eterna do homem, e ainda assim o homem ser salvo eternamente, foi uma obra para a sabedoria Divina idealizar” (John Owen).

Não apenas era necessário à honra da justiça de Deus, sendo Ele o Governador moral e Juiz supremo de toda a terra, que o pecado fosse sumariamente punido, mas foi necessário que houvesse uma obediência a Deus, e tal obediência como que traria mais glória a



Ele do que a desonra e opróbrio que resultou da desobediência do homem. “Isto foi devido à glória da Sua santidade ao dar a Lei. Até isso foi feito, a excelência daquela Lei como sendo a santidade de Deus, e como um efeito disso, não poderia ser feita manifesta. Pois, se esta nunca fosse mantida em qualquer instância, nunca cumprida por qualquer pessoa no mundo, como a glória dela seria declarada? Como a santidade de Deus seria representada por ela? Como seria evidente que a transgressão não era antes algum defeito na própria Lei, do que de qualquer mal naqueles que deveriam ter rendido obediência a ela? Se a Lei dada ao homem nunca fosse cumprida, sobretudo, em perfeita obediência por qualquer um que seja, poderia ser pensado que a própria Lei não era adequada à nossa natureza, e impossível de ser assim cumprida” (John Owen). Ele não se tornou o Reitor do universo para dar ao homem uma Lei cuja espiritualidade e equidade nunca pudesse ser exemplificada em obediência. Essa Lei não foi imposta, principalmente, para que o homem sofresse justamente por sua transgressão, mas sim para que Deus fosse glorificado em seu desempenho. Mas, desde que a ofensa de Adão trouxe ruína sobre toda a sua posteridade, de forma que eles são incapazes de responder às suas demandas, como poderia uma perfeita obediência ser prestada a ela? Somente a onisciência poderia fornecer a resposta.

Oh, que coisa verdadeiramente surpreendente é, leitor Cristão, que a sabedoria de Deus, por meio de nossa redenção, fez daquilo que é a maior desonra possível a Ele tornar-se a ocasião de Sua maior glória! Ainda assim, tal é verdadeiramente o caso. Nada é tão desagradável ao Altíssimo quanto o pecado, nada desonra tanto a Ele, pois isto é em sua própria natureza inimizado contra Deus, desprezo a Ele. O pecado é uma vergonha à Sua majestade, um insulto à Sua santidade, uma insurreição contra o Seu governo. E, no entanto esta “coisa abominável”, que Ele odeia (Jeremias 44:4), para a qual Ele não pode olhar, senão com infinito desfavor (Habacuque 1:13), é feita por ocasião do maior bem possível. Que milagre dos milagres é que o Senhor faça a ira do homem louvá-LO (Salmos 76:10), que o próprio mal que visa destronar a Ele transmute-se em meios de magnificação dEle; sim, pois, assim Ele fez a grandiosa manifestação de Suas perfeições que sempre existiram. O pecado lança desprezo sobre a Lei de Deus, no entanto, por meio da redenção, aquela Lei é extremamente honrada. Nunca o Rei do Céu foi tão gravemente menosprezado como quando aqueles feitos à Sua imagem e semelhança irromperam em revolta contra Ele; nunca tal honra foi prestada ao Seu trono, como pela forma com a qual Ele escolheu efetuar a salvação de Seu povo. Nunca a santidade de Deus foi tão menosprezada como quando o homem preferiu prestar lealdade à antiga serpente, o Diabo; nunca a santidade de Deus brilhou tão rutilantemente como na vitória que Ele obteve sobre Satanás.

Igualmente maravilhoso é, leitor Cristão, que Deus planejou uma maneira pela qual um transgressor flagrante deve tornar-se inocente, e que aquele que é completamente destituído de justiça seja justificado ou declarado justo pelo Juiz de toda a terra. Houvesse coisas



como estas sido submetidas à solução, elas sempre pareceriam ser contradições irreconciliáveis para todas as compreensões finitas. Parece ser absolutamente impossível para um culpado condenado o ser inocentado de qualquer acusação contra ele. O pecado implica necessariamente em punição, como pode, então, qualquer transgressor fugir da “devida recompensa” de suas obras (Lucas 23:41), exceto por uma manifesta violação da justiça? Deus declarou claramente que Ele “não inocenta o culpado” (Êxodo 34:7). Ele tem determinado por um decreto inalterável de que o pecado deve ter a paga de seus salários; então como pode o culpado ser isentos da sentença de morte? Nem é menos formidável o problema de como Deus pode, com equidade perfeita, declarar justos aqueles que não têm cumprido as exigências da Lei. Conceder a declaração de obediência àquele cujo registro é de desobediência ao longo da vida parece ser algo pior do que uma anomalia. No entanto, a Onisciência planejou uma solução para ambos os problemas, uma solução que é, em todos os aspectos, uma solução perfeita e gloriosa.

Sem essa solução, a restauração de qualquer um da humanidade no favor e na comunhão e gozo do próprio Deus seria totalmente impossível. Isso seria assim não somente por causa da própria depravação total do homem, mas por causa da relevância da glória das perfeições Divinas em nosso pecado e apostasia. Eles não somente estavam acometidos de uma doença fatal, da qual não havia a menor esperança de libertação, a menos que fosse fornecido um remédio sobrenatural, mas o governo de Deus estava tão gravemente indignado com nossa revolta, que a compensação integral deveria ser feita ao Seu cetro insultado, e a completa satisfação oferecida à Sua Lei violada, para que o trono do Céu pudesse ser satisfeito. Muito além da concepção da inteligência finita como foi a dificuldade de reparar os danos causados em toda a nossa constituição e ser pelo pecado, ainda mais longe estavam os obstáculos que permaneciam no caminho do exercício da graça e da misericórdia de Deus na restauração do pária. Essa maneira de restauração deve ser algo no qual Deus seja magnificado, Sua justiça vindicada, Suas ameaças cumpridas e Sua santidade glorificada. A maneira pela qual todos esses fins foram alcançados e esses resultados garantidos é a maravilha adorada, semelhantemente, pelos redimidos e pelos anjos.

Como outros antes de nós têm apontado, se o governo Divino fosse vindicado, toda a obra do nosso resgate deveria ser realizada em nossa natureza, e a própria natureza daqueles que pecaram, e que viriam a ser recuperados desde as ruínas da Queda e trazidos à felicidade eterna: a partir da natureza humana, mas esta teria que ser não somente livre de qualquer contaminação, mas intrinsecamente santa. Quanto à salvação de pecadores, nenhuma satisfação poderia ser feita para a glória de Deus, devido, à depravação da natureza apóstata do homem e todos os frutos malignos desta, contudo deveria ser por uma natureza igual à daqueles que pecaram e deveriam ser salvos. A entrega da Lei por Deus aos nossos primeiros pais foi por si só um efeito de Sua sabedoria e santidade, em que a glória delas

seria exaltada, se essa regra de justiça fosse cumprida por uma natureza de um tipo totalmente diferente? Se um anjo a cumprisse, a sua obediência não seria nenhuma prova de que a Lei era adequada à natureza do homem, para a qual ela foi originalmente prescrita; antes, poderia um cumprimento angelical da Lei ter sido um reflexo da bondade Divina em concedê-la aos homens. Nem poderia ter havido a necessária relação entre a natureza do substituto e aqueles em nome de quem o substituto agiu e sofreu, e, portanto, tal arranjo não teria magnificado a sabedoria Divina, antes teria sido, na melhor das hipóteses, uma obra insatisfatória.

As Escrituras são muito explícitas em seu ensino sobre a necessidade da natureza ser a mesma entre o fiador e aqueles a quem ele representava, como sendo condescendente à sabedoria de Deus. Falando sobre a forma de nosso auxílio, o apóstolo declarou: “E, visto como os filhos participam da carne e do sangue, também ele [o Resgatador] participou das mesmas coisas” (Hebreus 2:14). A natureza humana foi aqui expressa por: “da carne e do sangue”, que deveria ser liberta, e, portanto, era em natureza humana que esta libertação deveria ser feita. O apóstolo entra em detalhes consideráveis sobre este ponto em Romanos 5:12-21, a soma disso é: “se pela ofensa de um morreram muitos, muito mais a graça de Deus, e o dom pela graça, que é de um só homem, Jesus Cristo, abundou sobre muitos” [v.15]. A mesma natureza que transgrediu deve operar o remédio para a mesma. Mais uma vez, em 1 Coríntios 15:21: “Porque assim como a morte veio por um homem, também a ressurreição dos mortos veio por um homem”. A nossa ruína não poderia ser recuperada, nem a libertação de nossa culpa ser efetuada, exceto por alguém em nossa própria natureza.

Além disso, deve ser observado que a libertação para ser assegurada deve ser feita por alguém cuja substância foi derivada de nossos primeiros pais. Não havia encontrado as exigências do caso para que Deus criasse um segundo homem do pó da terra, ou de qualquer coisa que seria de natureza diferente de nós mesmos, pois, nesse caso, não haveria nexo e relação entre ele e nós, e, portanto, não teríamos, de modo algum, uma participação em qualquer coisa que ele fizesse ou sofresse. Essa aliança dependia apenas disso, que Deus “de um só sangue fez toda a geração dos homens” (Atos 17:26). Todavia, neste momento uma dificuldade adicional foi apresentada, uma que outra vez se provava insuperável a todas as inteligências criadas, não houvesse “o único Deus sábio” revelado a Sua provisão para a resolução da mesma. Qualquer libertador de homens pecadores deveria derivar sua natureza de suas ações originais, mas ele não deveria trazer junto com ele a menor mácula de corrupção ou a mesma responsabilidade, que temos em nossa própria conta, pois, se a sua natureza se contaminasse, se ela carecesse da imagem de Deus, ele não poderia fazer nada que fosse aceitável a Deus, e ele estaria sujeito à penalidade da Lei por conta própria, então ele não poderia fazer nenhuma satisfação pelos pecados dos outros. Mas, desde que todo descendente de Eva é formado em pecado e concebido em iniquidade, como poderia

qualquer um de sua semente estar sem pecado? Somente a Onisciência poderia trazer algo imaculadamente puro da completa impureza.

Não devemos perder de vista os fundamentos em que a corrupção e culpa aderem à nossa natureza, como elas atuam em todos os indivíduos. Primeiramente, toda a nossa natureza, quanto à participação nela, estava em Adão como nossa cabeça pactual e representante federal. Portanto, sua ofensa era nossa também, e justamente imputada a nós. Porque nós pecamos nele, nos tornamos “por natureza filhos da ira”, os sujeitos do desagrado judicial de Deus. Em segundo lugar, nós derivamos a nossa natureza de Adão por meio de geração natural, de modo que a sua profanação é comunicada a todos os seus descendentes. Nós somos as plantas degeneradas de uma vinha degenerada. Assim, ainda outra dificuldade foi apresentada: a natureza de um libertador para o homem caído deveria, como em sua substância, ser derivada de nossos primeiros pais, mas de modo a não ser em Adão como representante legal, nem ser derivado dele por geração natural. Mas como isso poderia ocorrer: que sua natureza estivesse verdadeiramente relacionada a Adão, como a nossa, e ainda assim, não sendo participante da culpa de sua transgressão, nem participando de sua contaminação? Tal prodígio estava totalmente fora do conceito de toda mente finita.

## Parte 2

No último capítulo, nos dedicamos a algumas das dificuldades, sim, aparentemente impossibilidades que estavam no caminho do resgate de qualquer um dos filhos caídos de Adão, mostrando que precisava haver algo mais do que um benigno propósito da graça da parte de Deus para efetuar o mesmo, algo mais do que aplicar o Seu grande poder, de forma que os obstáculos que precisam ser removidos eram tantos e tão grandes que “a multiforme sabedoria de Deus” (Efésios 3:10) também precisou ser convocada para a ação. A dificuldade do lado humano era o estado desesperado do pecador: como sua escuridão poderia ser transformada em luz, sua inimizade em amor, sua falta de vontade em vontade, sem qualquer tipo de violência sendo feita em sua agência moral. Os obstáculos do lado Divino eram como o Altíssimo poderia restaurar tais desgraçados ao Seu favor, e ainda assim não comprometer as Suas perfeições: como Ele poderia ter relações com leprosos morais, sem manchar a Sua santidade, inocentar o culpado sem repudiar a Sua Lei, exercer misericórdia em coerência a Sua justiça, e, contudo, fornecer um remédio para tal doença, e fazê-lo de uma maneira que honrasse Seu trono, estava muito além do alcance da inteligência criada.

Nós vimos que, a fim de salvar um pecador legalmente condenado e merecedor do inferno era necessário que algum método e meio fosse concebido pelo qual ele seria liberto de todas as consequências da Queda, e ao mesmo tempo atendesse a todas as exigências

do governo Divino. O pecado tinha que ser tratado severamente, mas os transgressores deveriam ser eximidos de sua merecida condenação. Uma plena conformidade à Lei deveria ser realizada, mas por alguém na mesma natureza que aqueles que a tinham violado. Isso foi claramente esboçado sob os tipos do Antigo Testamento: o redentor tinha que ser um parente de quem ele favorecia (Levítico 25:25; Rute 4:4-6). Além disso, as exigências da Lei somente poderiam ser atendidas por um alguém cuja natureza fosse derivada da mesma linhagem como a daqueles em nome de quem ele efetuou, mas a sua humanidade não deveria ser maculada em menor grau pela corrupção comum deles. Era necessário que ele fosse um homem da descendência de Adão (Lucas 3:38) e Eva (Gênesis 3:15), no entanto, um homem absolutamente puro e santo, pois nenhum outro poderia pessoal e perpetuamente obedecer em pensamento, palavra e ação. Mas ninguém assim existia: “Na verdade que não há homem justo sobre a terra, que faça o bem, e nunca peque” (Eclesiastes 7:20), nem jamais haveria alguém se a raça humana fosse deixada por si mesma. Nada, senão a multiforme sabedoria e poder sobrenatural de Deus poderiam produzi-lo.

Ainda assim, alguém que era mais do que o homem, mesmo alguém perfeito, sim, muito superior àqueles seres celestiais que cobrem o rosto na presença da Divindade era necessário, a fim de quitar as responsabilidades dos pecadores depravados, e renová-los em santidade. Isto é evidente a partir de várias considerações. A criatura mais exaltada, simplesmente porque é uma criatura, é obrigada a prestar obediência perfeita ao seu Criador, e, portanto, não poderia merecer nada em nome de outros. Se ele cumpriu plenamente o seu dever, ele de fato, apanharia uma justiça e direito à recompensa da Lei; mas ele necessitaria daquela justiça em sua própria conta, e, portanto, esta não estaria disponível para a imputação a outro, e menos ainda a muitos outros. Mais uma vez, a obra que ele tinha de fazer, a saber, pagar integralmente a dívida incalculável incorrida por aqueles que deveriam ser salvos, fazer expiação por todos os seus pecados, reconciliá-los com Deus, restaurá-los ao Seu favor, fazê-los encontrar a herança dos santos na luz, estava muito além da abrangência de qualquer mera criatura, não importa quão alta fosse a sua posição. Além disso, qualquer libertador dos apóstatas filhos de Adão deveria ser essencial e infinitamente santo, pois ninguém menos poderia ser qualificado para pôr de lado a infinita culpa das inúmeras iniquidades deles.

Para que qualquer parte da humanidade fosse eternamente salva para a glória de Deus, era necessário que não somente a obediência impecável fosse prestada à Lei de Deus, mas tal obediência como que trouxesse mais honra à Sua santidade do que a desonra que foi lançada sobre ela por meio da desobediência de todos; afirmar que pouco importa o que aconteça com a glória de Deus, desde que os miseráveis pecadores sejam salvos de uma maneira ou outra não é senão o vômito blasfemo da mente carnal. Onde Deus é revêrenciado e amado acima de tudo, mui diferentes serão os sentimentos de tal pessoa; ou seja,

bem melhor que toda a raça de Adão pereça do que o caráter da Deidade ser manchado e os fundamentos de Seu trono prejudicado. Mas tal obediência não poderia ser prestada por qualquer mera criatura, não importa quão puro a sua natureza ou eminente a sua posição, pois, necessariamente, não há algo do Divino nele, para que o seu desempenho possua um valor infinito. Nem deve esta obediência ser constrangida, mas sim ser voluntária, pois o que é forçado não procede do amor e é sem valor. Nem deve a sua conformidade à Lei ser uma em que ele seja pessoalmente responsável a render-se a ela, pois em tal caso, isso não poderia ser aceito como uma devida compensação pela desobediência de todos.

Não era apenas uma única pessoa que devia ser resgatada a partir da Queda e ser trazida para a glória, mas “milhares” (Judas 1:14), e cada um deles tinha mais pecados em sua conta do que cabelos sobre a cabeça, e cada pecado tinha em si uma culpa imensurável, uma vez que fora cometido contra a infinita Majestade do Céu. A desventura em que todos eles eram ofensivos também era infinita, posto que a duração desta era eterna, tudo indescritivelmente terrível e doloroso para que a nossa natureza seja capaz de suportar. Nem eles poderiam ser libertos da terrível consequência do pecado, sem uma satisfação adequada sendo feita à justiça ofendida de Deus. Afirmar o contrário é como se alguém dissesse que não importa para Deus se Ele é obedecido ou desobedecido, se Ele é honrado ou desonrado em e por Suas criaturas, e isso seria negar Seu próprio ser, visto que é diretamente contrário à glória de todas as Suas perfeições. Mas, onde estava a pessoa qualificada e capacitada para realizar a requerida propiciação pelo pecado? Onde estava a pessoa apropriada para agir como mediador entre Deus e os homens, entre o Santo e o profano? Onde estava o único que poderia conceder vida aos mortos, e mérito de bem-aventurança eterna para eles?

Se um remédio é providenciado aos pecadores, ele deve ser aquele que lhes restaura àquela mesma condição e dignidade em que foram colocados antes da Queda. Pois, recuperá-los a alguma menor honra e bem-aventurança do que aquelas que eram as deles originalmente não consistiria tanto com a Divina sabedoria ou recompensa. “Sim, considerando isso, a infinita graça, bondade e misericórdia de Deus para restaurá-lo, parece agradável para a glória das Divinas excelências em suas operações que ele deve ser levado a uma condição melhor e mais honrosa do que a que ele tinha perdido” (John Owen). Em seu estado primitivo o homem não estava sujeito a ninguém, senão ao seu Criador. Embora ele fosse menos digno do que os anjos, ainda assim, ele não lhes devia nenhuma obediência, eles eram seus conservos do Senhor Deus. Obviamente [como Owen também apontou], se o pecador fosse salvo por qualquer mera criatura, ele não poderia ser restaurado ao seu primeiro estado e dignidade, pois, nesse caso, ele deveria fidelidade e subserviência àquela criatura que o havia redimido, ele se tornaria a propriedade de quem o comprou. Isso não somente introduziria maior confusão, mas o pecador estaria em um caso ainda pior do que

estava antes da Queda, pois ele não estaria na posição em que ele devia sujeição e honra apenas a Deus.

A partir do exposto, será visto que o único suficiente libertador dos homens caídos deve ser alguém possuidor de infinita dignidade e merecimento, a fim de que ele seja capaz de merecer bênçãos infinitas. Ele deve ser uma pessoa de poder e sabedoria infinitas, porque a obra que ele deve executar não poderia ser realizada com sucesso por ninguém menos. Ainda mais, era necessário que ele fosse uma pessoa que era infinitamente querida de Deus Pai, a fim de conceder um valor infinito às suas operações na estima do Pai, e que o amor do Pai por ele pudesse equilibrar a ofensa e a provocação de nossos pecados. Ele também deveria ser uma pessoa que poderia agir nesta questão em seu próprio direito, que, em si mesmo, ele não fosse um servo e sujeito ao Altíssimo; caso contrário, ele não poderia merecer alguma coisa por aqueles que ele salvaria. Além disso, ele deveria ser uma pessoa dotada de infinita misericórdia e amor, pois ninguém voluntariamente assumiria uma tarefa tão árdua, tão humilhante, e envolvendo tanto sofrimento indizível, por criaturas tão indignas e sujas quanto os homens caídos. Mas onde, em todo o universo alguém assim seria encontrado? Nenhuma pessoa criada possuía as qualificações necessárias. Quando o apóstolo João contemplou (na visão) o livro com sete selos, nos é dito que ele chorava muito, porque ninguém no céu ou na terra foi achado digno de abrir o livro (Apocalipse 5:1-4), e não tivesse a multiforme sabedoria de Deus encontrado a solução para todos esses problemas, homens e anjos, igualmente, ficariam para sempre perplexos por eles.

Os vários elementos do complicado problema da salvação para qualquer um dos filhos de Adão estão longe de estar esgotados naqueles já foram apontados. O homem foi feito para servir e glorificar a Deus. Em espírito, alma e corpo, em todas as suas faculdades e forças, em tudo o que foi dado e confiado a ele, ele não era seu próprio, mas em lugar de um servo. O mesmo era, igualmente, o caso com os anjos. Uma criatura e alguém que em todos os aspectos está em sujeição ao seu Criador são termos conversíveis. Mas a essa condição e posição a raça humana em Adão se revoltou, determinando ser “como deuses”, senhores sobre si mesmos. Há algo disso em cada pecado: a preferência da vontade própria e rejeição da vontade do Todo-Poderoso. Por sua insurreição, o homem caiu em completa escravidão ao pecado e a Satanás. A fim de libertar o pecador de seu cativeiro, era necessário para qualquer libertador tomar a posição que o homem originalmente ocupou, ele deveria entrar no lugar de absoluta sujeição a Deus, subordinando inteiramente a sua própria vontade à dEle, pois de nenhuma outra maneira poderia ser feita adequada compensação ao insultado governo de Deus, e os danos causados pelos nossos primeiros pais serem reparados. Mas, como qualquer ser inciado ocuparia a posição de uma criatura? Com que propriedade um possuidor de infinita dignidade e excelência poderia sofrer tamanha humilhação? Como poderia aquele que estava acima de toda a Lei, submeter-se à Lei e prestar-lhe obediência?



Mais uma vez, em seu estado original o homem não tinha nada, senão o que o Criador concedesse a ele. Feito do pó da terra, ele era dotado de inteligência e agência moral, mas para serem empregadas no serviço Divino. Ele também era dependente de seu Criador para cada movimento de sua respiração. Esse estado de necessidade e dependência ele deliberadamente abandonou, determinando enriquecer a si mesmo e assumir o domínio absoluto. Mas o seu terrível crime trouxe sobre ele e todos a quem ele representava a perda de seus dons originais: ele perdeu a imagem de Deus, o seu direito às criaturas aqui abaixo, sua própria alma. Consequentemente, qualquer salvador para ele deveria necessariamente experimentar a degradação e a pobreza que o pecador tinha trazido sobre si mesmo, de modo que ele não teria aonde reclinar a cabeça. Mas como essa experiência foi possível para quem seria infinitamente rico em si mesmo, e em seu próprio direito? Desde que Adão representava e agia em nome de todos aqueles a quem ele representava legalmente, segue-se que qualquer salvador não deveria servir em uma capacidade privada, mas como a cabeça da aliança daqueles a quem ele devia resgatar. Finalmente, uma vez que Deus fez o primeiro homem senhor da terra, dando-lhe o domínio sobre todas as criaturas nela, cujo domínio ele perdeu na sua Queda, então, um libertador deveria ser capaz de recuperar a propriedade perdida. Mas onde estava aquele que era capaz de comprar tão vasta herança?

“As coisas que são impossíveis aos homens são possíveis a Deus” (Lucas 18:27). A Onisciência encontrou uma solução para todos os problemas que sempre haviam confundido as mentes dos homens. A Escritura lança não pouca ênfase sobre isso. É referida como “a sabedoria de Deus, oculta em mistério, a qual Deus ordenou antes dos séculos para nossa glória”, ou seja, a nossa salvação (1 Coríntios 2:7). “Em mistério” denota aquilo que é insondável pela razão humana, incompreensível para a capacidade finita, completamente escondido até que fosse Divinamente revelado, e, mesmo assim, para além dos nossos poderes de compreender plenamente. Em Efésios 1:8, somos informados de que: “ele fez abundar para conosco em toda a sabedoria e prudência”. A palavra “abundou” tem a força de jorrando, transbordando. É chamado de “toda a sabedoria”, por sua excelência. Não foi um único conceito ou ato, mas um conjunto de muitos excelentes fins e meios para a glória de Deus. À sabedoria é adicionada a “prudência”: a primeira refere-se ao planejamento eterno de um caminho, a prudência refere-se à ordenação de todas as coisas ao cumprimento dos conselhos ou propósitos de Deus; sabedoria na elaboração, a prudência na execução. Em Efésios 3:10, isso é designado como: “a multiforme sabedoria de Deus” por causa de sua complexidade e variedade; a salvação dos pecadores, a derrota de Satanás, a plena revelação da Santíssima Trindade, em suas diferentes pessoas, operações separadas, ações combinadas e expressões de bondade; e por causa da vastidão de sua extensão.

Essa multiforme sabedoria de Deus, agora exibida diante dos anjos na redenção da Igreja, é dita ser “segundo o eterno propósito que fez em Cristo Jesus nosso Senhor” (Efésios

3:11). O Filho eterno de Deus, predestinado a ser o mediador Deus-homem é o grande meio, capacidade e manifestação da onisciência Divina e, portanto, Ele é chamado de “A Palavra de Deus” (Apocalipse 19:13), e “sabedoria de Deus” (1 Coríntios 1:24). “Tornando a nós conhecido o mistério da Sua vontade, segundo o Seu beneplácito, que propusera em Si mesmo, de tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra” (Efésios 1:9-10). “O mistério da vontade de Deus são os Seus conselhos referentes à Sua própria glória eterna na santificação e salvação da Igreja aqui na terra, para ser unida àquela acima. A origem absoluta disso foi o Seu próprio prazer, ou a atuação soberana de Sua sabedoria e vontade. Mas tudo isso devia ser efetuado, em Cristo, o qual o apóstolo repete duas vezes: Ele reuniu ‘tudo naquele que é a cabeça, Cristo’, ou seja, somente nEle”.

“Assim, é dito dele com respeito à Sua futura encarnação e obra de mediação que ‘O Senhor me possuiu no princípio de seus caminhos, desde então, e antes de suas obras. Desde a eternidade fui ungida, desde o princípio, antes do começo da terra’ (Provérbios 8:22-23). A eterna existência pessoal do Filho de Deus estava nestas expressões... sem isso nenhuma dessas coisas poderiam ser afirmadas sobre Ele. Mas há uma relação de ambas, a Sua futura encarnação e a realização dos conselhos de Deus por meio desta. Com relação a isso, Deus O possuiu no princípio de Seus caminhos, ungiu-O desde a eternidade. Deus O possuía eternamente como a Sua sabedoria essencial, pois Ele sempre foi e sempre esteve no seio do Pai, no amor mútuo, inefável do Pai e do Filho, no vínculo eterno do Espírito. Mas Ele notavelmente O possuía no princípio de Seu caminho como a Sua sabedoria atuando na produção de todos os caminhos e obras que existem exteriormente nEle. O início do caminho de Deus antes de Suas obras são os Seus conselhos que lhes dizem respeito, assim como os nossos conselhos são o início de nossas maneiras com relação aos trabalhos futuros. E Ele O ungiu desde a eternidade como o fundamento de todos os conselhos de Sua vontade, e por meio de quem eles deveriam ser executados e cumpridos” (John Owen).

O oitavo capítulo de Provérbios é um capítulo extremamente profundo, mas também mui abençoado. Nele, como o primeiro versículo demonstra, a voz da “sabedoria” é ouvida falar. Que há uma pessoa que está ali em vista é evidente, mais uma vez, a partir do versículo 12: “Eu, a sabedoria, habito com a prudência”, e versículo 17: “Eu amo aos que me amam”. Que esta é uma pessoa Divina pode ser visto a partir do versículo 15: “por mim reinam os reis”. Mas é igualmente claro a partir da linguagem dos versículos 24 e 25, “fui gerada”, e “eu estava com Ele [o Pai]... perante Ele” [versículo 30], que tais expressões não podiam ser predicadas ao Filho de Deus absolutamente, que é co-eterno e co-igual com o Pai. Não, “sabedoria” aqui deve ser entendida como o Filho enquanto Mediador Homem-Deus em suas duas naturezas, como o Alguém ordenado para ser a encarnação da “sabedoria de

Deus” (1 Coríntios 1:24). Quando Ele diz: “O Senhor Me possuiu: princípio [no hebraico é sem o “no”] de Seus caminhos, desde então, e antes de suas obras”, este é o Mediador falando na subsistente aliança que Ele tinha diante de Deus antes que o universo fosse chamado à união com o Filho eterno, era “o princípio” (Apocalipse 1:8) dos “caminhos” do Deus Triuno, pois em todas as coisas Ele deve “ter a preeminência” (Colossenses 1:18).

O primeiro conselho de Deus relacionou-se ao Homem Cristo Jesus, pois Ele foi nomeado para ser não somente a cabeça da Sua Igreja, mas “o primogênito de toda a criação” (Colossenses 1:15), Aquele a quem o Senhor dos Exércitos indicou como “o homem que é o meu companheiro” (Zacarias 13:7) foi predestinado para a graça da união e da glória Divina. “Na cabeça [assim é que está no grego] do livro está escrito de Mim” (Hebreus 10:7). Sendo Ele o Objeto e Sujeito do decreto original de Deus. “Nosso Redentor saiu do ventre de um decreto desde a eternidade, antes que Ele saísse do ventre da virgem no tempo. Ele esteve escondido na vontade de Deus antes que Ele se manifestasse na carne de um Redentor. Ele era um Cordeiro que foi morto no propósito, antes que Ele fosse morto na Cruz. Ele foi possuído por Deus no princípio ou no início de Seus caminhos (a Cabeça de Suas obras), e ungido desde a eternidade para ter as Suas delícias entre os filhos dos homens” (Charnock). A pessoa do Deus-Homem Mediador foi a origem dos conselhos Divinos. Como tal, o Jeová Triuno “possuiu” ou abraçou-o, como um Tesouro no qual todos os conselhos Divinos foram depositados, como um Agente eficaz para a execução de todas as Suas obras. Cristo foi o primeiro Eleito de Deus (Isaías 42:1) e, em seguida, a Igreja foi escolhida nEle (Efésios 1:4).

“Desde a eternidade fui ungida” [Provérbios 8:23]. Essa declaração diz respeito a Ele não essencialmente como Deus o Filho, mas economicamente como o Mediador: “estabelecido” ou, literalmente, “ungido” por uma constituição da Aliança e pela subsistência Divina diante da mente de Deus. Antes de todos os mundos, no “conselho de paz” (Zacarias 6:13), Cristo foi designado e ungido com o Seu caráter oficial. Antes que Deus planejasse criar qualquer criatura, Ele primeiro “ungiu” a Cristo como o grande Arquiteto e Origem. “Então eu estava com ele, e era seu arquiteto; era cada dia as suas delícias, alegrando-me perante ele em todo o tempo” (Provérbios 8:30). Não foi a complacência do Pai na segunda Pessoa da Trindade (como tal) que está ali em vista, mas a Sua satisfação e alegria no Mediador, como Deus O contemplou nas lentes de Seus decretos como o Repositório de todos os Seus desígnios. A palavra hebraica para “arquiteto” também significa “mestre construtor”, e é assim apresentado na Versão Revisada [da Bíblia King James], quão abençoadamente isso descreveu Aquele que seria invocado para realizar o propósito do Pai! Em Seus pensamentos eternos e visões primitivas, o homem Cristo Jesus era o objeto do amor de Deus. Por Ele todas as coisas seriam criadas. Por meio dEle, vasos seriam formados para a Sua glória. Por Ele, o grande remédio seria fornecido para as vítimas do pecado.

É realmente lamentável que tão poucos do povo do Senhor estejam sendo instruídos nestas “profundezas de Deus” (1 Coríntios 2:10), pois elas foram reveladas para sua edificação e consolação. O que temos procurado explicar em Provérbios 8 lança luz sobre outras passagens. Por exemplo, quantos leitores perplexos foram confundidos por João 6:62: “Que seria, pois, se vísseis subir o Filho do homem para onde primeiro estava?”. Em que sentido Ele estava no Céu como Homem antes que Ele se tornasse encarnado? Mas, ainda que nós sejamos ignorantes desta verdade maravilhosa, santos do Antigo Testamento não eram, como é evidente a partir do Salmo 80:17: “Seja a tua mão sobre o homem da tua destra, sobre o filho do homem, que fortificaste para ti”. Embora o Homem Jesus Cristo ainda não tinha existência histórica, Ele tinha uma subsistência Pactual perante o Pai, como tomada em união com a segunda Pessoa da Santíssima Trindade. Como a fé concede uma presente “substância” (a palavra grega significa “uma verdadeira subsistência”) no coração e mente do crente sobre as coisas que se esperam, a fim de que ele tenha um presente gozo de coisas ainda futuras, assim, na mente dEle diante de quem todas as coisas estão sempre presentes, Cristo como encarnado foi sempre uma realidade viva. Assim, quando Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem” (Gênesis 1:26), a referência final foi ao Deus-homem, que é por excelência a “imagem do Deus invisível” (Colossenses 1:15).

Façamos uma pausa aqui e admiremos e adoremos a gloriosa sabedoria de Deus, que encontrou um caminho para salvar o Seu povo, de uma forma que foi infinitamente apropriada e honrosa para Si próprio, e nos prostremos em admiração e adoração diante do Senhor Jesus, que, não obstante a vergonha e o sofrimento indizíveis envolvidos nisso, agradou-Lhe fazer a vontade do Pai. A multiforme sabedoria de Deus é vista em Sua escolha de Alguém para ser a Cabeça e Salvador da Igreja, em que Ele era em todos os aspectos adequado para desempenhar esse ofício e obra, dotado de todas as qualificações necessárias, e em que Ele era a única Pessoa apropriada para isso. A sabedoria abundante de Deus foi demonstrada em Seu conhecimento de que Cristo era uma pessoa apta. Ninguém, senão a própria onisciência poderia ter pensado sobre o querido Filho de Deus tornando-se o Redentor de pecadores merecedores do Inferno.

### Parte 3

A escolha de Deus sobre a Pessoa que deveria ser o Restaurador de Sua honra, o Conquistador de Satanás, o Vitorioso sobre a morte, e o Libertador de Seu povo caído, foi uma escolha que nada, senão a própria onisciência fez. Quem, senão Aquele dotado de infinita sabedoria alguma vez teria pensado em selecionar o Seu Filho unigênito para um empreendimento tão temível? Pois, Cristo, como Deus, é uma das Três Pessoas eternas que foi ofendida pelo pecado, e contra quem os homens haviam se rebelado. Eles eram seus ini-

migos declarados, e dEle, eles mereciam infinita punição. Quem, então, O conceberia como Aquele que pôs Seu coração sobre miseráveis depravados, que exerceria infinito amor e compaixão para com eles, estando disposto a prover um remédio todo-suficiente para todos os males deles? Mas quando essa escolha foi feita, dificuldades insuperáveis pareciam permanecer no caminho de sua realização. Como era possível para uma Pessoa Divina entrar no lugar de pecadores arruinados, vir sob a Lei e prestar-lhe perfeita obediência, e assim elaborar uma justiça perfeita para quem não tinha nenhuma? E como poderia ser possível para o Ser Santo ser feito uma maldição, para o Senhor da glória sofrer a penalidade da Lei violada, para o Amado do Pai experimentar o fogo da ira Divina, para o Senhor da vida, morrer? Tais problemas como estes teriam desconcertado todos as inteligências criadas. Mas a sabedoria Divina encontrou uma solução.

Em primeiro lugar, a multiforme sabedoria de Deus ordenou que Seu Filho amado seria constituído o último Adão, que, como Ele fez um pacto de obras com o primeiro homem que esteve na terra, assim Ele faria um Pacto da Graça com o “segundo homem”, que é o Senhor do céu. Que, como o primeiro Adão permaneceu como a cabeça da aliança e representante federal de toda a sua posteridade, assim, este último Adão ficaria como a Cabeça pactual e representante de toda a Sua descendência. Mas, como o primeiro Adão quebrou o Pacto de Obras e trouxe ruína sobre todos aqueles que ele representava, portanto, este último Adão deveria cumprir os termos do Pacto da Graça, e, assim, garantir a bem-aventurança eterna de todos em nome de quem Ele efetuou. Assim, um pacto foi firmado entre o Pai e o Filho, o Pai prometendo uma recompensa gloriosa sobre o cumprimento pelo Filho de todas as condições deste. Esta maravilhosa transação é referida no Salmo 89:3-5: “Fiz uma aliança com o meu escolhido, e jurei ao meu servo [o antitípico] Davi [que significa “Amado”], dizendo: A tua semente estabelecerei para sempre, e edificarei o teu trono de geração em geração (Selá). E os céus louvarão as tuas maravilhas, ó Senhor, a tua fidelidade também na congregação dos santos”. Essa passagem, como Provérbios 8, leva-nos de volta para os eternos conselhos de Deus, pois o Salmo 89:19 declara: “Então falaste em visão ao teu santo, e disseste: Pus o socorro sobre um que é poderoso; exaltei a um eleito do povo”, plenamente capaz de realizar Meus grandiosos e graciosos desígnios.

Esse Pacto da Graça foi um compacto mútuo que foi voluntariamente assumido entre o Pai e o Filho, Aquele prometendo uma rica recompensa em troca do cumprimento dos termos acordados: o Outro solenemente comprometendo-se a desempenhar as suas estipulações. Muitas são as Escrituras que falam de Cristo em conexão com o pacto. Em Isaías 42:6, ouvimos o Pai dizendo a Ele: “Eu, o Senhor, te chamei em justiça, e te tomarei pela mão, e te guardarei, e te darei por aliança do povo, e para luz dos gentios”. Em Malaquias 3:1, Cristo é designado “o mensageiro da aliança” porque Ele veio aqui para fazer conhecido o Seu conteúdo e proclamar as suas boas novas. Em Hebreus 7:22, Ele é designado um

“fiador de melhor aliança”, em 9:15: “o mediador de um novo testamento”, enquanto em 13:20 lemos sobre “o sangue da aliança eterna”. Nesse pacto, o Filho concordou em ser a Cabeça dos eleitos de Deus, e fazer tudo o que era necessário para a glória Divina e a garantia da bem-aventurança eterna deles. A isso, faz-se referência em “segundo o seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos dos séculos” (2 Timóteo 1:9), uma relação federal, então, subsistiu entre Cristo e a Igreja, embora a mesma não foi plenamente manifesta até que Ele Se encarnou. Foi, então, que o Filho foi designado para o ofício de Mediador, quando Ele foi “estabelecido” ou “ungido”, quando foi “gerado” a partir do decreto eterno (Provérbios 8:23-24) e concedido um pacto de subsistência diante do Deus Triuno.

Foi proposto e livremente pactuado que o Amado do Pai tomaria sobre Si a forma de servo e seria feito em semelhança da carne do pecado. Assim, quando veio a plenitude dos tempos, Ele foi “nascido de mulher”, tendo um espírito, alma e corpo humanos em união perpétua consigo mesmo. Como o corpo de Adão foi feito de maneira sobrenatural a partir da terra virgem pela imediata mão de Deus, assim o corpo de Cristo foi sobrenaturalmente feito da substância da Virgem pela operação imediata do Espírito Santo. Assim também a união da alma e do corpo em Adão prefiguraram a união Hipostática de nossa natureza com o Filho de Deus, de forma que Ele não é duas pessoas em uma, mas uma Pessoa com duas naturezas, não sendo estas naturezas confundidas, mas cada uma preserva as suas propriedades distintivas. Owen bem fez a observação: “Sua concepção no ventre da Virgem, como à integridade da natureza humana, foi uma operação milagrosa do poder Divino. Mas a prevenção desta natureza de qualquer subsistência de si mesma, por sua assunção à união pessoal com o Filho de Deus, em primeira instância de sua concepção, é aquela que está acima de todos os milagres, nem pode ser designada por esse nome. Isto é mistério, assim, muito acima da ordem de todas as operações da criação e providenciais, que transcende totalmente a esfera daqueles que são os maiores milagres. Nisto, Deus glorifica todas as propriedades da natureza Divina, agindo em uma maneira de infinita sabedoria, graça e condescendência”.

Aquele que era o Senhor de todos, e não devia nenhum serviço ou obediência a qualquer um, sendo em forma de Deus e igual a Ele, desceu em uma condição de submissão absoluta. Como Adão deliberadamente abandonou o lugar de completa submissão a Deus, que era adequado à sua natureza e adequado a Deus, aspirando por senhorio, assim o Filho de Deus deixou o estado de domínio absoluto que era Seu, por direito, e tomou sobre Si o jugo da servidão. A descida do Filho envolveu muito maior humilhação para Si mesmo do que a glória da ascensão que o primeiro homem aspirava em seu orgulho. Como já foi mostrado, esta auto-humilhação do Senhor da Glória a um estado de completa sujeição é referida pelo apóstolo em Hebreus 10:5, onde Cristo é ouvido dizendo: “corpo me preparaste”.



Essas palavras são uma paráfrase explicativa de “os meus ouvidos abriste”, a margem escavada no Salmo 40:6, o que por sua vez, remota a Êxodo 21:6, onde um estatuto foi nomeado para o efeito de alguém que voluntariamente se entregou ao serviço absoluto e perpétuo, significava o mesmo que ter a orelha furada com uma sovela. Assim, Hebreus 10:5, à luz do Salmo 40:6 e Êxodo 21:6, implica que o corpo de Cristo foi preparado para Ele com o desígnio expresso de Seu serviço absoluto a Deus nele.

Por Sua assunção da natureza humana, Cristo não foi capacitado apenas para prestar sujeição a Deus, mas Ele se tornou qualificado para servir como mediador entre Deus e os homens. Pois, é necessário que o mediador seja relacionado a ambas as partes que se reconciliariam, e seja igual a cada uma delas, assim, um anjo não estaria qualificado para este ofício, já que ele não possui nem a natureza Divina, nem a humana. Era necessário que Cristo fosse homem de verdade, assim como Deus, a fim de realizasse a obra da redenção. Homem, para que Ele fosse suscetível a sofrer, qualificado para oferecer a Si mesmo como um sacrifício, e fosse capaz de morrer. Assim também a assunção da natureza humana capacitou a Cristo para ser um Substituto de Seu povo, a não somente agir em seu nome, mas em seu lugar e proveito. Verdadeiramente, tomar o lugar deles na Lei e prestar plena satisfação a esta, obedecendo seus preceitos e suportando a sua penalidade. Mas isso, por sua vez, exigiu que Ele fosse seu Fiador e Responsável; ou seja, fosse tão relacionado a eles de forma legal e federal que pudesse apropriadamente servir como seu Substituto. Como havia uma unidade federal e representativa entre o primeiro Adão e aqueles a quem Ele representava, então deveria haver uma semelhante unidade entre o último Adão e aqueles por quem Ele tratou, de forma que, como a culpa do primeiro foi cobrada na conta de sua posteridade, assim, a justiça do último fosse imputada a toda a sua descendência.

Ainda assim, a verdade sobre a posição que o Filho de Deus assumiu não se expressa plenamente pelas declarações acima. Não é suficiente dizer que Ele se tornou o seu Fiador e Substituto, mas temos de ir mais para trás e perguntar: O que foi aquilo que o fez cumprir isso, de forma que Ele tornou-se o Fiador e Responsável de Seu Povo diante do ofendido Legislador e Juiz deles? E a resposta é: Sua união pactual. Cristo serviu como seu Fiador e Substituto porque Ele era um com eles e, portanto, Ele poderia e Ele assumiu e cumpriu todas as responsabilidades deles. Na Aliança da Graça Cristo disse ao Pai: “Anunciarei o teu nome a meus irmãos, Cantar-te-ei louvores no meio da congregação. E outra vez: Porei nele a minha confiança. E outra vez: Eis-me aqui a mim, e aos filhos que Deus me deu” (Hebreus 2:12-13). Mais abençoadamente isto é explicado no que se segue imediatamente: “E, visto como os filhos participam da carne e do sangue, também ele participou das mesmas coisas”, portanto, Ele não se envergonha de lhes chamar irmãos. A Federação é a raiz desta maravilhosa misericórdia, a identificação da chave que a destranca. Cristo não veio para os estranhos, mas para os Seus “irmãos”: Ele assumiu a natureza humana, não a fim

de adquirir um povo para Si mesmo, mas para garantir um povo já era Seu (Efésios 1:4; Mateus 1:21).

Uma vez que existia uma união entre Cristo e Seu povo desde toda a eternidade, inevitavelmente segue-se que quando Ele veio a esta terra, Ele tomou sobre Si as suas dívidas, e agora que Ele foi para o Céu, eles devem ser revestidos (Isaias 61:10), com todos os frutos de Sua perfeita obediência. Isto é muito mais do que uma questão técnica de teologia, sendo o pilar mais forte de todos nos muros da verdade que protegem a Expição, embora seja algo atacado com mais frequência e ferocidade por seus inimigos. Os homens têm argumentado que a punição do Inocente como se Ele fosse culpado foi um ultraje à justiça. No reino humano, punir uma pessoa por algo quando ela não é responsável nem culpada está fora de questão, é injusto. Entretanto essa objeção é inválida e totalmente inútil em conexão com o Senhor Jesus, pois Ele voluntariamente adentrou no lugar e porção de Seu povo de um modo tão íntimo que se pode dizer: “Porque, assim o que santifica, como os que são santificados, são todos de um” (Hebreus 2:1). Eles não são apenas um em natureza, mas também são tão unidos diante de Deus e diante de Sua Lei a ponto de envolver a identificação das relações jurídicas e as obrigações e direitos recíprocos: “[...] pela obediência de um muitos serão feitos [legalmente constituídos] justos” (Romanos 5:19).

Foi exigido do Fiador do povo de Deus que Ele não somente prestasse uma obediência plena e perfeita aos preceitos da Lei, e, assim, fornecesse os meios meritórios da justificação deles, mas que Ele também efetuasse a plena satisfação dos pecados deles, por ter visitado sobre Si a maldição da Lei. Mas antes que a punição fosse infligida, a culpa dos transgressores deveria ser transferida para Ele, ou seja, os seus pecados deveriam ser judicialmente imputados a Ele. A esse concerto o Santo Ser consentiu voluntariamente, de modo que aquele que “não conheceu pecado” foi legalmente “feito pecado” por eles (2 Coríntios 5:21). Deus derramou sobre Ele a iniquidade de todos eles, e, em seguida, a espada da justiça divina O feriu (Zacarias 13:7), exigindo a plena satisfação. Sem derramamento de sangue não há remissão. A remoção das transgressões, obtendo para nós o favor de Deus, a compra da herança celestial, exigiu a morte de Cristo. Aquilo que exigiu a pena de morte foi a culpa de nossos pecados; faça com que isto seja removido, e a condenação para nós se vai para sempre. Porém, como a culpa poderia ser “removida”? Apenas por sua transferência a outro. A punição devida à Igreja foi levada por seu Fiador e Substituto. Deus demandou dEle todos os pecados de Seus eleitos e procedeu contra Ele nesse sentido, visitando sobre Ele a Sua ira judicial.

Quão maravilhosos são os caminhos de Deus! Como a morte foi destruída pela morte, a morte do Filho; assim, o pecado pelo pecado, o maior que já foi cometido — a crucificação de Cristo — afastou a si mesmo, tanto quanto o oriente está do ocidente [Salmos 103:2].

Porque Deus imputou as transgressões de Seu povo ao seu Fiador, Cristo foi condenado para que eles fossem absolvidos. Cristo tomou sobre Si as suas dívidas acumuladas e incalculáveis, e por Seu pagamento do mesmo, eles estão para sempre livres e absolvidos. Por meio de Seu precioso sangue todas as iniquidades deles foram expiadas, para que o desafio triunfante ressoe: “Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus?” (Romanos 8:33). Ao longo de Sua vida e por Sua morte Cristo esteve restaurando e reparando todos os prejuízos que os pecados da Igreja haviam feito à manifesta glória de Deus. Deus agora perdoa os pecados de todos os que verdadeiramente creem em Cristo, porque a Deidade recebeu uma satisfação vicária, mas plena para eles na Pessoa de seu Substituto. Através de Cristo, eles são libertos da ira vindoura. Necessariamente assim, pois a aceitação do sacrifício do Cordeiro de Deus obteve a redenção eterna de todos por quem ele foi oferecido. Da forma como uma nuvem escura se esvazia sobre a terra e, em seguida, se derrete sob os raios do sol, assim, quando a tempestade do juízo Divino havia se esgotado sobre a cruz, nossos os nossos pecados desapareceram de diante da face de Deus, e fomos recebidos em Seu favor eterno.

Tão maravilhosa foi a obra que o Filho encarnado realizou por Seu povo, ainda assim, algo mais ainda era necessário a fim de fornecer um remédio completo para complexa ruína deles, pois, isto cobria apenas os aspectos jurídicos da punição deles. Um milagre da graça necessitava ser operado neles, a fim de torná-los experimentalmente prontos para glória eterna; sim, tal é absolutamente indispensável para adequá-los à comunhão com Deus nesta vida. Os Seus eleitos precisam ser vivificados e levados à novidade de vida, sua inimizade contra Deus precisa ser destruída, suas trevas, dissipadas, suas vontades, libertadas, o amor ao pecado e o ódio à santidade também precisam retificados. Em uma palavra, eles precisavam experimentar uma mudança completa do coração, um princípio de graça ser comunicado a eles, e serem feitos novas criaturas em Cristo. Que milagre da graça é realizado pelo Espírito Santo naqueles que são “por natureza filhos da ira, como os outros também” (Efésios 2:3). Mas quão pouco isso é compreendido hoje; a insistência disso tem quase desaparecido do púlpito moderno, mesmo naqueles que se orgulham de serem ortodoxos. A obra do Espírito na salvação dos pecadores não tem lugar no credo do membro de igreja normal, e onde isso é nominalmente reconhecida, não possui nenhum peso real e não exerce nenhuma influência prática.

Na maioria dos lugares onde o Senhor Jesus ainda é formalmente tido como o único Salvador, o ensino atual é que Ele tornou possível que os homens sejam salvos, mas que eles próprios devem decidir se querem ou não querem ser salvos; e, assim, a maior de todas as obras de Deus é deixada na dependência da inconstante vontade dos homens quanto a saber se será um sucesso ou um fracasso. Estreitando o círculo para aqueles lugares onde ainda é considerado que o Espírito tem uma missão e ministério, em conexão com o Evan-

gelho, a ideia geral que prevalece é que, quando a Palavra é pregada com fidelidade, o Espírito convence os homens do pecado e revela-lhes a sua necessidade de um Salvador; mas, além disso, muito poucos estão dispostos a ir. A visão popular é que o pecador tem que cooperar com o Espírito: que ele deve se entregar ao Seu “esforço”, ou ele não será e não pode ser salvo. Mas um conceito tão pernicioso e insultante a Deus repudia dois fatos cardinais: afirmar que o homem natural é capaz de cooperar com o Espírito é negar que ele está “morto em delitos e pecados”, pois um homem morto é impotente para fazer algo de bom; enquanto dizer que as operações específicas do Espírito no coração e na consciência de um homem podem ser assim resistidas, como a frustrar seus esforços, é negar a Sua onipotência.

O fato solene e intragável é, meu leitor, que se Espírito de Deus fosse retirado em suas operações, nem uma única pessoa na terra se beneficiaria salvificamente da obra redentora de Cristo. O homem natural é como um inimigo de Deus e tão obstinado em sua rebelião que ele não aprecia um Cristo santo, e continua se opondo ao Seu caminho de salvação até que seu coração seja divinamente renovado. Essa criminoso escuridão e ilusão que preenche toda a alma na qual reina o pecado não podem ser removidas por qualquer agente, senão por Deus o Espírito, por meio de Seu conceder um novo coração e iluminar a compreensão para que perceba a excessiva malignidade do pecado. De fato, há milhares de pessoas dispostas a responder ao erro fatal que os pecadores podem ser salvos sem lançar para baixo as armas de sua guerra contra Deus; que recebem a Cristo como seu Salvador, mas que não estão dispostos a renderem-se a Ele como seu Senhor. Eles gostariam de obter Seu descanso, mas eles recusam submeterem-se ao Seu “jugo”, sem o qual o Seu descanso não pode ser obtido. Suas promessas agradam a eles, mas os Seus preceitos lhes são repulsivos. Eles acreditam em um Cristo imaginário que é adequado para a sua natureza corrupta, mas eles desprezam e rejeitam o Cristo de Deus. Como as multidões do passado, eles estão satisfeitos com Seus pães e peixes, mas para o Seu exame de coração, mortificação da carne, ensino condenatório do pecado, eles não têm apetite. Nada, senão o poder milagroso do Espírito pode transformá-los.

“O homem é absoluta e totalmente avesso a tudo o que é bom e direito. ‘Porquanto a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à Lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser’ (Romanos 8:7). Vá através de toda a Escritura, e você encontrará continuamente a vontade do homem descrita como sendo contrária às coisas de Deus. O que disse Cristo naquele texto tantas vezes citado pelo Arminiano para refutar a própria doutrina que ele afirma claramente? O que Cristo disse àqueles que imaginaram que os homens viriam sem a influência Divina? Ele disse, em primeiro lugar, “Ninguém pode vir a mim, se o Pai que me enviou o não trouxer” [João 6:44], mas Ele disse algo mais severo: “E não quereis vir a mim para terdes vida” [João 5:40]. Aqui reside o erro mortal: não apenas ele é impoten-

te para fazer o bem, mas ele é poderoso o suficiente para fazer o que é errado, e que sua vontade é desesperadamente tendenciosa contra tudo o que é certo. Homens não virão; você não pode forçá-los por todos os seus trovões, nem atraí-los por todos os seus convites, até que o Espírito os atraia, eles não querem vir, nem o podem” (Spurgeon).

A multiforme sabedoria de Deus é tão evidente na tarefa oficial atribuída ao Espírito Santo, como na obra que o Filho foi comissionado a executar. Os milagres da regeneração e santificação são tão maravilhosos quanto a obediência e sofrimentos, a morte e a ressurreição de Cristo foram; e o santo está tão verdadeira e tão profundamente em dívida para com um quanto para com o outro. Se foi um ato de maravilhosa condescendência para Deus, que o Filho deixou a glória do Céu e assumiu para Si mesmo a natureza humana, igualmente foi para Deus, que o Espírito descesse a esta terra e fixasse morada em homens e mulheres caídos; e se Deus assinalou a maravilha e a importância de alguém por poderosos prodígios e sinais, assim o fez em relação a este último — a música do coro angelical (Lucas 2:13), com o seu homólogo no “som do céu” (Atos 2:2), a “glória” Shekinah (Lucas 2:9) nas “línguas como que de fogo”. Se nós admiramos as obras graciosas e poderosas de Cristo na purificação do leproso, fortalecendo o paralítico, dando visão aos cegos e dando vida aos mortos, não menos o Espírito deve ser adorado por Suas operações sobrenaturais na vivificação das almas mortas, na iluminação de suas mentes, libertando-os do domínio do pecado, removendo a sua inimizade contra Deus, unindo-os a Cristo, e criando neles o amor à santidade.

De tudo o que esteve diante de nós, será visto quão completo e perfeito é o remédio que a graça e a sabedoria de Deus providenciaram para o Seu povo. Como eles estavam federalmente em Adão, e, portanto, tinham responsabilidade pelo que ele fez, eles estão federalmente em Cristo e, portanto, desfrutam de todos os benefícios de Sua obra meritória. Como eles estavam arruinados pela quebra de um pacto, assim, eles são restaurados pela guarda de outro. Como eles estavam eram culpados pela desobediência de Adão, sendo cobrada em sua conta, assim eles são justificados diante do trono de Deus, porque a justiça de seu Fiador é imputada a eles. Como eles caíram sob a maldição da Lei, estavam alienados de Deus e tornaram-se filhos da ira, por meio da redenção de Cristo, eles têm direito à recompensa da Lei, reconciliados com Deus e restaurados ao seu favor. Como eles herdaram uma natureza corrupta de sua primeira cabeça, assim, eles recebem uma natureza santa de sua segunda Cabeça. Em todos os aspectos, o remédio corresponde à enfermidade.

ORE PARA QUE O ESPÍRITO SANTO use este sermão para trazer muitos  
Ao conhecimento salvador de JESUS CRISTO.



# OUTRAS LEITURAS QUE RECOMENDAMOS

Baixe estes e outros e-books gratuitamente no site [oEstandarteDeCristo.com](http://oEstandarteDeCristo.com).

- 10 Sermões — R. M. M'Cheyne
- Adoração — A. W. Pink
- Agonia de Cristo — J. Edwards
- Batismo, O — John Gill
- Batismo de Crentes por Imersão, Um Distintivo Neotestamentário e Batista — William R. Downing
- Bênçãos do Pacto — C. H. Spurgeon
- Biografia de A. W. Pink, Uma — Erroll Hulse
- Carta de George Whitefield a John Wesley Sobre a Doutrina da Eleição
- Cessacionismo, Provando que os Dons Carismáticos Cessaram — Peter Masters
- Como Saber se Sou um Eleito? ou A Percepção da Eleição — A. W. Pink
- Como Ser uma Mulher de Deus? — Paul Washer
- Como Toda a Doutrina da Predestinação é corrompida pelos Arminianos — J. Owen
- Confissão de Fé Batista de 1689
- Conversão — John Gill
- Cristo É Tudo Em Todos — Jeremiah Burroughs
- Cristo, Totalmente Desejável — John Flavel
- Defesa do Calvinismo, Uma — C. H. Spurgeon
- Deus Salva Quem Ele Quer! — J. Edwards
- Discipulado no Tempo dos Puritanos, O — W. Bevins
- Doutrina da Eleição, A — A. W. Pink
- Eleição & Vocação — R. M. M'Cheyne
- Eleição Particular — C. H. Spurgeon
- Especial Origem da Instituição da Igreja Evangélica, A — J. Owen
- Evangelismo Moderno — A. W. Pink
- Excelência de Cristo, A — J. Edwards
- Gloriosa Predestinação, A — C. H. Spurgeon
- Guia Para a Oração Fervorosa, Um — A. W. Pink
- Igrejas do Novo Testamento — A. W. Pink
- In Memoriam, a Canção dos Suspiros — Susannah Spurgeon
- Incomparável Excelência e Santidade de Deus, A — Jeremiah Burroughs
- Infinita Sabedoria de Deus Demonstrada na Salvação dos Pecadores, A — A. W. Pink
- Jesus! — C. H. Spurgeon
- Justificação, Propiciação e Declaração — C. H. Spurgeon
- Livre Graça, A — C. H. Spurgeon
- Marcas de Uma Verdadeira Conversão — G. Whitefield
- Mito do Livre-Arbitrio, O — Walter J. Chantry
- Natureza da Igreja Evangélica, A — John Gill
- Natureza e a Necessidade da Nova Criatura, Sobre a — John Flavel
- Necessário Vos é Nascer de Novo — Thomas Boston
- Necessidade de Decidir-se Pela Verdade, A — C. H. Spurgeon
- Objeções à Soberania de Deus Respondidas — A. W. Pink
- Oração — Thomas Watson
- Pacto da Graça, O — Mike Renihan
- Paixão de Cristo, A — Thomas Adams
- Pecadores nas Mãos de Um Deus Irado — J. Edwards
- Pecaminosidade do Homem em Seu Estado Natural — Thomas Boston
- Plenitude do Mediador, A — John Gill
- Porção do Ímpios, A — J. Edwards
- Pregação Chocante — Paul Washer
- Prerrogativa Real, A — C. H. Spurgeon
- Queda, a Depravação Total do Homem em seu Estado Natural..., A, Edição Comemorativa de Nº 200
- Quem Deve Ser Batizado? — C. H. Spurgeon
- Quem São Os Eleitos? — C. H. Spurgeon
- Reformação Pessoal & na Oração Secreta — R. M. M'Cheyne
- Regeneração ou Decisionismo? — Paul Washer
- Salvação Pertence Ao Senhor, A — C. H. Spurgeon
- Sangue, O — C. H. Spurgeon
- Semper Idem — Thomas Adams
- Sermões de Páscoa — Adams, Pink, Spurgeon, Gill, Owen e Charnock
- Sermões Graciosos (15 Sermões sobre a Graça de Deus) — C. H. Spurgeon
- Soberania da Deus na Salvação dos Homens, A — J. Edwards
- Sobre a Nossa Conversão a Deus e Como Essa Doutrina é Totalmente Corrompida Pelos Arminianos — J. Owen
- Somente as Igrejas Congregacionais se Adequam aos Propósitos de Cristo na Instituição de Sua Igreja — J. Owen
- Supremacia e o Poder de Deus, A — A. W. Pink
- Teologia Pactual e Dispensacionalismo — William R. Downing
- Tratado Sobre a Oração, Um — John Bunyan
- Tratado Sobre o Amor de Deus, Um — Bernardo de Claraval
- Um Cordão de Pérolas Soltas, Uma Jornada Teológica no Batismo de Crentes — Fred Malone





## 2 Coríntios 4

<sup>1</sup> Por isso, tendo este ministério, segundo a misericórdia que nos foi feita, não desfalecemos;

<sup>2</sup> Antes, rejeitamos as coisas que por vergonha se ocultam, não andando com astúcia nem falsificando a palavra de Deus; e assim nos recomendamos à consciência de todo o homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade. <sup>3</sup> Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, para os que se perdem está encoberto. <sup>4</sup> Nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus. <sup>5</sup> Porque não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor; e nós mesmos somos vossos servos por amor de Jesus.

<sup>6</sup> Porque Deus, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Jesus Cristo. <sup>7</sup> Temos, porém, este tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus, e não de nós.

<sup>8</sup> Em tudo somos atribulados, mas não angustiados; perplexos, mas não desanimados.

<sup>9</sup> Perseguidos, mas não desamparados; abatidos, mas não destruídos; <sup>10</sup> Trazendo sempre por toda a parte a mortificação do Senhor Jesus no nosso corpo, para que a vida de Jesus se manifeste também nos nossos corpos; <sup>11</sup> E assim nós, que vivemos, estamos sempre entregues à morte por amor de Jesus, para que a vida de Jesus se manifeste também na nossa carne mortal.

<sup>12</sup> De maneira que em nós opera a morte, mas em vós a vida. <sup>13</sup> E temos portanto o mesmo espírito de fé, como está escrito: Cri, por isso falei; nós cremos também, por isso também falamos. <sup>14</sup> Sabendo que o que ressuscitou o Senhor Jesus nos ressuscitará também por Jesus, e nos apresentará convosco. <sup>15</sup> Porque tudo isto é por amor de vós, para que a graça, multiplicada por meio de muitos, faça abundar a ação de graças para glória de Deus.

<sup>16</sup> Por isso não desfalecemos; mas, ainda que o nosso homem exterior se corrompa, o interior, contudo, se renova de dia em dia. <sup>17</sup> Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória mui excelente; <sup>18</sup> Não atentando nós nas coisas que se veem, mas nas que se não veem; porque as que se veem são temporais, e as que se não veem são eternas.